



Nuno Costa Santos

## Crónicas do Corpo Santo

# Nos Açores não Mandam os Açorianos

Com estas eleições, voltou a emergir em cada açoriano um autonomista. Daqueles bem musculados. Rijos. Robustos. Assim como um dos nossos vulcões que julgávamos adormecidos ou extintos. Peco por defeito: com o debate pré-eleitoral e com as eleições, emergiu o independentista que muitos açorianos são sem saberem que o são. Os termos significam, a linguagem importa, as formulações são decisivas e contam muito da emoções mais entranhadas de cada um. A conversa de “nos Açores mandam os açorianos” só faz verdadeiro sentido em contexto de independência. Só os países é que mandam em si próprios. As regiões, mesmo as autónomas, não mandam em si próprias – é uma quimera pensar-se desta forma. Têm áreas e matérias que controlam, que dominam, que definem, mas não mandam em si próprias. Gostaríamos, muitos de nós, que fosse diferente. Mas é assim. Para não ser assim seria necessário admitir reservas o que não existe.

Nestes últimos meses, muito antes das eleições, o Governo Regional já estava a caminhar para uma actuação independentista, muito para além das competências conferidas pela lei. As palavras também seguiam por esse atalho de fantasia. Sob o ponto de vista jurídico-político, fechar as fronteiras só é possível em países. Na Hungria, por exemplo, como já aconteceu. Nunca numa região autónoma. É difícil aceitar este dado, é penoso integrá-lo e engoli-lo, mas é um facto que só poderia ser contornado se se mudasse o regime. Enquanto isso não acontecer a valsa de poderes tem de ser outra. E nunca serão os Açores nem nenhum dos seus partidos a conduzir a dança. Basta ir a uma aula do primeiro ano de Direito constitucional para entender isso. Há aí alguns juristas, certamente motivados pelo medo, que devem ter faltado a essa aula. Chega a ser divertido vê-los perorar, munidos de certezas, sobre este assunto.

Deixemos de lado os vastíssimos poderes da Europa institucional e financeira, aquela que prometeu enviar um bondoso dinheirinho (e quem

manda dinheirinho, sabemos-lo, ordena bastante). Falemos também de partidos, todos estas versões açorianas do partidos nacionais. Qualquer um deles. Do PS ao PSD, passando pelo PS, pelo CDS, pela Iniciativa Liberal, pelo PCP, pelo Chega, pelo PAN. Transportam na génese e ao peito a etiqueta e a designação nacionais não são livres. Não são, lá está, independentes. Apartados. Emancipados. Mesmo que saiam de casa para ir dar uma volta, têm sempre a obrigação de dar uma palavra aos pais. Tudo isto é essencial, tão gritante, tão óbvio, mas é demasiadas vezes esquecido no discurso público, nos jornais e nas redes sociais. Em termos políticos, tudo nos Açores é uma transposição sim, uma transposição de um ideário partidário nacional para um contexto geográfico, e político, claro, diferente. E uma sujeição a uma hierarquia distante, que dá maior ou menor liberdade à sua modalidade regional. Mesmo para a materialização do desejo de assumir maior liberdade decisória preciso de ser admitida e concedida, sob pena de haver uma ruptura. Demoniza-se Lisboa mas Lisboa é que chefia. E, dado a matriz e a génese, chefiará, no limite. Com o Chega a gerência é, dada o tipo de personalidade do seu líder e a ausência de bandeiras dos Açores, mais forte e evidente. Mas, por mais que se proclame o contrário, mantém-se em todas as agremiações partidárias, nem que seja através de um SMS enviado a altas horas da noite.

A sentença “nos Açores mandam os açorianos” tem uma raiz profunda. Vem da identidade. Da grota existencial que nos percorre e que, vinda de há muito, foi-se tornando mais funda com o tempo. Nestas alturas excepcionais, os de fora são como corsários a querer dominar. E atacar. Por isso só podemos ter um gesto: o de nos defendermos. O de erguermos as armas. O de gritarmos “isto é nosso, vão-se embora!” Esse movimento, essa ideia e este sentimento vieram ao de cima com a pandemia, outro momento extremo. Quantos em público e em privado expressaram a “decisão”: “aqui ninguém põe os pés”? Porque quem põe cá

os pés pode trazer o bicho. O bicho é estranho a esta chão. Nas eleições e na actuação parlamentar o bicho é político-partidário.

Devo dizer que entendo a resistência, o combate, o duelo, até porque o desconhecimento do continente em relação à realidade açoriana é desconhecida. Mas deploro esta atitude em relação à pandemia. Tenho assistido a uma xenofobia crescente, por muitas vezes tolera ou mesmo fomentada pelas autoridades. Há neste plano, como diz um amigo, uma regressão cultural para uma fase de repulsa, mais visível há umas décadas, a quem se pensa ser-se um intruso, chamado de “português” ou de “portuga”, como se constituísse uma praga ambulante. Posso e devo contar que no Verão fui alvo desse racismo sanitário. Na ilha das Flores, território apaixonante e onde sempre fui acolhido e bem tratado. Um homem quis, com violência verbal, afastar-me, alegando que não era dali. Não me afastei (ninguém é dono de solo algum) e a coisa ia acabando mal. Outro homem ali presente apaziguou a potencial escaramuça. Através de uma ou outra conversa ou de um outro escrito internetico percebo que mora na Terceira a ideia de quem em São Miguel existe um pandémico pandémónio. Para os habitantes de outras ilhas os terceirenses, por estes dias, são de evitar. Na qualidade de director do Encontro Arquipélago de Escritores, tive desistências de última hora por parte escritores açorianos para fazerem residências literárias numa ilha (sem casos) que não a sua.

Voltemos à política. Sou abertamente a favor da possibilidade de haver partidos regionais (partidos progressistas, abertos, pluralistas). Aqueles que nunca se submeterão a nenhuma directiva externa e que não compactuem com nenhuma possibilidade de nos prejudicar em áreas diversas. E até admito a possibilidade de uma mudança progressiva, moderada e ponderada no regime. Mas enquanto o Estado de Direito existir nestes termos, enquanto estatuto for este estatuto, tenho de o aceitar. E respeitar.

## Aluno e assistente operacional da EBI de Ponta Garça lançam livro “O Natal da Minha Infância”

A assistente operacional, Helena da Costa Pacheco, e o aluno, Artur Martins, de sete anos de idade, apresentaram ontem, 4 de Novembro, o livro “O Natal da Minha Infância”, na Escola Básica Integrada de Ponta Garça.

Com texto de Helena da Costa Pacheco e ilustrações de Artur Martins, o livro é o resultado de um trabalho criativo, construtivo e diário de desenvolvimento das capacidades do aluno.

As ilustrações por ele desenhadas “devem servir de inspiração, reconhecendo e aceitando as capacidades que as crianças com necessidades educativas especiais possuem”, referiu a autora, lembrando que a publicação do livro teve autorização dos pais do aluno.

A Autarquia de Vila Franca do Cam-

po, que se fez representar no lançamento pela Vereadora com o pelouro da Educação, Nélia Alves-Guimarães, colaborou, entre outras entidades, na edição e impressão de 200 exemplares do livro.

Nélia Alves-Guimarães felicitou a autora do livro e a escola por ter abraçado o projecto e manifestou a disponibilidade da Autarquia em continuar a apoiar iniciativas daquele género.

Com os fundos angariados com a venda dos exemplares, a intenção é adquirir para o Artur um piano portátil em silicone.

“O Natal da Minha Infância” pode ser adquirido entrando em contacto com a autora, Helena da Costa Pacheco, ou com a Escola Básica Integrada de Ponta Garça.

